



Heródoto Barbeiro (*)

Ninguém acredita que o ministro vá renunciar. Seria um fato inédito na história recente da República do Brasil.

O cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal é o alvo de juízes, desembargadores, membros do Ministério Público, advogados e... políticos. Assim, quem vive o dia a dia dos tribunais e escaninhos da política sabe da importância de portar uma toga que lembra os tempos imperiais. O podernas mãos de um conjunto de pessoas não é do conhecimento da população em geral, que não sabe o que eles representam, nem que pagam os salários e as mordomias de suas excelências.

É a instância suprema do Poder Judiciário e que tem o dever de fazer cumprir a Constituição do país. Para muitos, os ministros são seres desconhecidos, que vestem uma toga preta e falam em “juridiquês”, um idioma desconhecido.

Para onde vai o Brasil sem a atuação do Supremo? Os ministros estão temerosos de suas decisões depois de constantes choques com a presidência da República e o Congresso Nacional. São cobrados por advogados militantes, partidos políticos e parte da mídia para que falem francamente e ponham em pratos limpos de onde se origina a crise que afeta o mais importante tribunal do país.

Não é uma crise provocada pelos salários que recebem, pelos carros oficiais que usam, pelas mordomias no palácio, pelas nomeações sem concurso público de parentes e conhecidos. Vai além. Está em jogo a credibilidade de uma instituição que representa um terço do poder da República. Existe em todos os países

democráticos do mundo. Mas o Brasil vive um momento especial. Está não só no meio de uma crise institucional, mas política, econômica e financeira. O brasileiro médio está mais preocupado com o feijão no prato do que com um ataque a um togado.

Os jornalistas esperam uma nova decisão do tribunal. Este, mais de uma vez, se apequena e faz acordos com os que mandam no país. Vários ministros optam sempre em abrandar os atos autoritários do governo e não se perturbam com a censura que sofrem os meios de comunicação. Não há mais liberdade de expressão no país decide a ditadura militar em 1969. Um ano depois da imposição do Ato Institucional número 5 pelo ditador Costa e Silva, o Brasil está sob uma ditadura.

O ato fecha o Congresso, cassa mandatos, suspende direitos políticos e restringe liberdades. A exceção deixa de ser exceção. Um golpe dentro do golpe. Um ministro, durante reunião do Pleno do STF, se revolta contra a interferência no Judiciário e renuncia. Adauto Lúcio Cardoso tira a toga, joga-a na bancada para surpresa do público e de seus colegas ministros. Adauto recusa a homenagem que os seus pares quiseram lhe fazer quando se aposentou. De cabeça erguida deixa o prédio do STF em Brasília.

Jornalistas imediatamente escrevem que sua renúncia é um dos episódios mais emblemáticos e simbólicos da resistência institucional e em defesa da liberdade de expressão do tribunal.

(*) - É professor e jornalista, âncora do Jornal Novabrasil, colunista do R7, do Podcast. Mestre em História pela USP e inscrito na OAB. Palestras e mídia training. Canal no Youtube (www.herodoto.com.br).

News@TI

Razer apresenta novo Tartarus V2 Pro
A Razer™ acaba de anunciar o Razer Tartarus V2 Pro, mais recente evolução de sua linha Tartarus de teclados gamer. Desenvolvido para melhorar a precisão e a velocidade que os jogadores esperam da linha Tartarus, o produto conta, pela primeira vez, com tecnologia de switches de alto nível da Razer e o verdadeiro HyperPolling de 8000 Hz, além de um apoio para os pulsos desenvolvido para acompanhar os movimentos do jogador. Equipado com 31 controles programáveis, um thumbstick de tamanho completo com tecnologia anti-drift e um apoio ergonômico para os pulsos totalmente ajustável, o Tartarus V2 Pro foi desenvolvido para oferecer a jogadores competitivos de MMO e FPS uma personalização praticamente infinita, sem sacrificar o conforto durante longas sessões (https://www.razer.com/campaigns/20th-anniversary).

Parceria com a Vivo acelera eficiência de governança no Assaí por meio de IA
A Vivo colaborou para o avanço da agenda de transformação digital do Assaí, a maior e mais presente empresa brasileira do varejo alimentar, com a implementação de uma solução de Inteligência Artificial Generativa aplicada à auditoria interna da empresa – uma área com volume elevado de documentos, dados e complexidade de análises. A iniciativa marca a aplicação prática da tecnologia, com potencial para escalar ganhos operacionais e elevar o padrão de controle, a segurança e a conformidade em rotinas críticas. Para a conclusão do projeto, a Vivo estruturou, em parceria com o Assaí, um ecossistema de tecnologia que combina licenças Microsoft com Copilot, integração ao Microsoft 365 e suporte consultivo especializado, apoiado por uma estrutura dedicada de acompanhamento técnico contínuo (www.assai.com.br).

Data centers de IA gerarão montanhas de lixo eletrônico

A Basel Action Network (BAN) é uma ONG sediada em Seattle, fundada em 1997, e dedicada a causas ambientais, em especial o combate ao descarte e comércio internacional de resíduos tóxicos, quando feitos de forma irregular. Seu nome vem da Convenção da Basileia, tratado de 1989 que regula o transporte de resíduos perigosos entre países.

Vivaldo José Breternitz (*)

A BAN publicou recentemente um relatório afirmando que o grande aumento dos gigantescos data centers para inteligência artificial deve gerar um “tsunami” de lixo eletrônico tóxico nos próximos 25 anos, triplicando os volumes atuais.

O estudo calcula que o descarte de equipamentos desses data centers poderá chegar a 13 milhões de toneladas por ano já em 2030, incluindo servidores, placas, cabos e sistemas de refrigeração. É oportuno lembrar que a vida útil desses materiais oscila entre dois e cinco anos e que eles não são projetados para serem reparados ou reciclados.

Atualmente, apenas 20% do lixo eletrônico de todo o mundo é tratado de forma adequada, lembra Jim Puckett, um dos fundadores da BAN. O restante acaba em aterros ou exportado para países pobres, contaminando solo e água com chumbo, mercúrio, cádmio e outros materiais nocivos.

Apenas nos Estados Unidos, existem quase cinco mil data centers em cons-



PN_Photo_CANVA

trução, muitos de porte muito grande, voltados à IA, que além do impacto ambiental, geram riscos à saúde das pessoas que vivem nas proximidades. Aqui no Brasil também estão sendo construídos grandes data centers, muitas vezes sem quaisquer preocupações com a preservação do meio ambiente e, consequentemente, com a saúde das pessoas.

Em resumo: a revolução da IA promete progresso, mas também pode gerar uma crise ambiental e de saúde pública sem precedentes, caso não sejam tomadas medidas eficazes para lidar, entre outras coisas com o lixo eletrônico e a poluição a ele associada.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitiz@gmail.com.

IA está fazendo empresas terceirizarem o pensamento?

À medida que ferramentas passam de assistentes a executoras, organizações precisam definir o que pode ser delegado e quais decisões ainda exigem julgamento humano.

Um estudo publicado em abril deste ano na revista Technology, Mind, and Behavior, da American Psychological Association, identificou que, em média, 58% dos participantes concordaram que a inteligência artificial “fez a maior parte do pensamento” em tarefas de planejamento, organização e tomada de decisão. Para as empresas, o dado coloca em evidência uma questão que vai além da produtividade: até onde é possível delegar processos à tecnologia sem comprometer a autonomia de quem toma as decisões?

A mudança está relacionada ao chamado cognitive offloading, ou descarregamento cognitivo, fenômeno estudado pela ciência cognitiva que descreve o uso de recursos externos para reduzir a carga sobre a memória e outros processos mentais. A prática não começou com a IA. Listas, agendas, calculadoras, GPS e mecanismos de busca já funcionam há décadas como extensões da capacidade humana.

A diferença é que a inteligência artificial generativa ampliou o que pode ser transferido para uma ferramenta. Além de armazenar ou recuperar informações, os sistemas conseguem resumir, comparar, sugerir caminhos, produzir textos e apresentar alternativas para uma decisão.

“Não estamos simplesmente deixando de memorizar informações porque temos tecnologia. O que está mudando é a distribuição do esforço mental. Antes, precisávamos lembrar, pesquisar, organizar e interpretar. Hoje, podemos pedir que uma ferramenta faça parte desse trabalho em segundos. O ganho de produtividade é real, mas precisamos entender qual parte do processo ainda deve permanecer sob responsabilidade humana”, afirma Roberto Medeiros, CEO da EPI-USE Brasil.

O problema não é terceirizar

Terceirizar parte da memória ou do processamento de informações não significa necessariamente uma perda. Um estudo publicado em 2025 na Frontiers in Cognition mostrou que as pessoas tendem a recorrer mais a recursos externos quando a quantidade de informação aumenta. Em



Ganbar_Lutimfi, aziman, offindL CANVA

determinadas tarefas, a estratégia pode inclusive melhorar a precisão.

O ponto de atenção aparece quando a ferramenta deixa de funcionar como apoio e passa a substituir etapas importantes do raciocínio.

Com a IA, essa fronteira se torna mais complexa. A tecnologia não apenas recupera uma informação: ela também produz uma interpretação sobre o conteúdo. Na prática, isso permite delegar não só a lembrança de um dado, mas parte da análise necessária para entender o que ele significa.

O que muda nas empresas

No ambiente corporativo, o uso de IA para organizar informações, identificar padrões ou levantar possibilidades pode liberar tempo para atividades mais estratégicas. O risco surge quando respostas geradas pela tecnologia passam a ser aceitas sem questionamento sobre premissas, fontes ou contexto.

“Uma boa utilização da tecnologia não elimina a decisão humana. Ela muda o lugar onde o ser humano coloca sua energia. Em vez de gastar tempo procurando uma informação ou fazendo uma primeira organização dos dados, o profissional pode concentrar mais atenção em contexto, prioridades, riscos e consequências. O problema começa quando velocidade passa a ser confundida com qualidade da decisão”, explica Medeiros.

Para as organizações, portanto, o desafio não está apenas em escolher quais ferramentas adotar. É também desenhar processos que definam em quais etapas a IA pode assumir tarefas e em quais momentos a participação humana precisa ser obrigatória.

“É uma mudança de cultura. A empresa não precisa escolher entre usar IA ou preservar a capacidade de pensamento das pessoas. O desafio é estabelecer em quais etapas a tecnologia deve assumir tarefas e em quais momentos a participação humana precisa ser obrigatória”, afirma o executivo.

A discussão também relativiza um temor recorrente em torno da tecnologia: o de que ferramentas digitais simplesmente “atrofiem” a memória ou o pensamento. A literatura científica é mais cautelosa. O descarregamento cognitivo pode trazer benefícios e custos, dependendo da tarefa, da maneira como o recurso é utilizado e do grau de confiança depositado nele.

A questão, portanto, talvez não seja se estamos terceirizando a memória. Em alguma medida, fazemos isso há décadas. A novidade é que, com a inteligência artificial, também começamos a terceirizar partes do próprio processo de pensar.

“Quanto mais competente a tecnologia se torna, mais importante fica saber o que não devemos delegar a ela. A questão não é manter todas as tarefas na cabeça. É preservar a capacidade de entender, questionar e assumir a responsabilidade pelo resultado”, conclui Medeiros.

	José Hamilton Mancuso (1936/2017) Responsável: Lilian Mancuso	Laurinda Machado Lobato (1941-2021)	José Leonil Lobato (1939-2026)
	Editórias <i>Economia:</i> Nelson Tucci (nelson.tucci@netjen.com.br) <i>Mercado/Negócios/Tecnologia/Agronegócios/ Espaço empresarial:</i> Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); <i>Livros:</i> Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br) <i>Comercial:</i> comercial@netjen.com.br <i>Publicidade Legal:</i> lilian@netjen.com.br	<i>Webmaster/TI:</i> Fabio Nader; <i>Editoração Eletrônica:</i> Ricardo Souza. <i>Revisão:</i> Maria Cecília Camargo; <i>Serviço informativo:</i> Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA. Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.	Jornal Empresas & Negócios Ltda Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080 Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br) Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90 JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003) Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.
Colaboradores: Ana Luisa Winckler, Carol Olival, Claudia Lazzarotto, Denise Debiasi, Fabiana Monteiro, Geraldo Nunes, Heródoto Barbeiro e Neiva Mendes		ISSN 2595-8410	